



O esquema da dívida pública e os impactos sobre remuneração e direitos dos servidores públicos

Evento organizado pelo Escritório de Advocacia SLPG Advogados, com apoio de
Sindicatos do Estado de Santa Catarina
4 de agosto de 2022

BRASIL DESCENDO A LADEIRA NO RANKING INTERNACIONAL

- PERDA DE PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO E LUCRATIVO
- POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA: Juros altos e remuneração diária aos bancos
- PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA
- PRIMARIZAÇÃO, AUMENTO DO DANO AMBIENTAL
- DESEMPREGO, FOME, BARBÁRIE
- DESMONTE DA ESTRUTURA DO ESTADO, ARROCHO
- LUCROS RECORDES DOS BANCOS E CORPORACÕES

Ranking das maiores economias do mundo

Lista com base no PIB, em valores correntes, em dólares



Posição 2020	País	Posição 2021	País
1	EUA	1	EUA
2	China	2	China
3	Japão	3	Japão
4	Alemanha	4	Alemanha
5	Índia	5	Reino Unido
6	França	6	Índia
7	Reino Unido	7	França
8	Itália	8	Itália
9	Canadá	9	Canadá
10	Coreia	10	Coreia
11	Rússia	11	Rússia
12	Brasil	12	Austrália
13	Espanha	13	Brasil
14	Austrália	14	Espanha
15	México	15	México

Fonte: Austin Rating

O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?



MODELO ECONÔMICO CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos: <https://bit.ly/33bVDd0> e <https://bit.ly/3P9rL68>
 - ✓ Sistema da Dívida
 - ✓ Política Monetária suicida
 - ✓ Modelo Tributário regressivo
 - ✓ Modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente: mineração e agronegócio

Por que a economia brasileira está estagnada, apesar de nossas imensas potencialidades?

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB Padre “Thierry Linard”¹
22 de junho de 2022

Por conseguinte, ninguém pode ser excluído; não importa onde ele tenha nascido, e menos ainda contam os privilégios que outros possam ter porque nasceram em lugares com maiores possibilidades. Os confins e as fronteiras dos Estados não podem impedir que isso se cumpra. Assim como é inaceitável que uma pessoa tenha menos direitos pelo simples fato de ser mulher, de igual modo é inaceitável que o local de nascimento ou de residência determine, de per si, menores oportunidades de vida digna e de desenvolvimento.

O desenvolvimento não deve orientar-se para a acumulação sempre maior de poucos, mas há de assegurar os “direitos humanos, pessoais e sociais,

https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/06/CONSELHO-PERMANENTE_Por-que-a-economia-brasileira-esta-estagnada-apesar-de-nossas-imensas-potencialidades.pdf

"SISTEMA DA DÍVIDA"

- **Utilização do endividamento público às avessas:** ao invés de instrumento de financiamento dos Estados, funciona como mecanismo de subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Principal característica:
"dívida pública" sem contrapartida
- Maior beneficiário:
Setor financeiro



Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais, banca privada internacional e nacional



Dominação financeira e graves consequências sociais

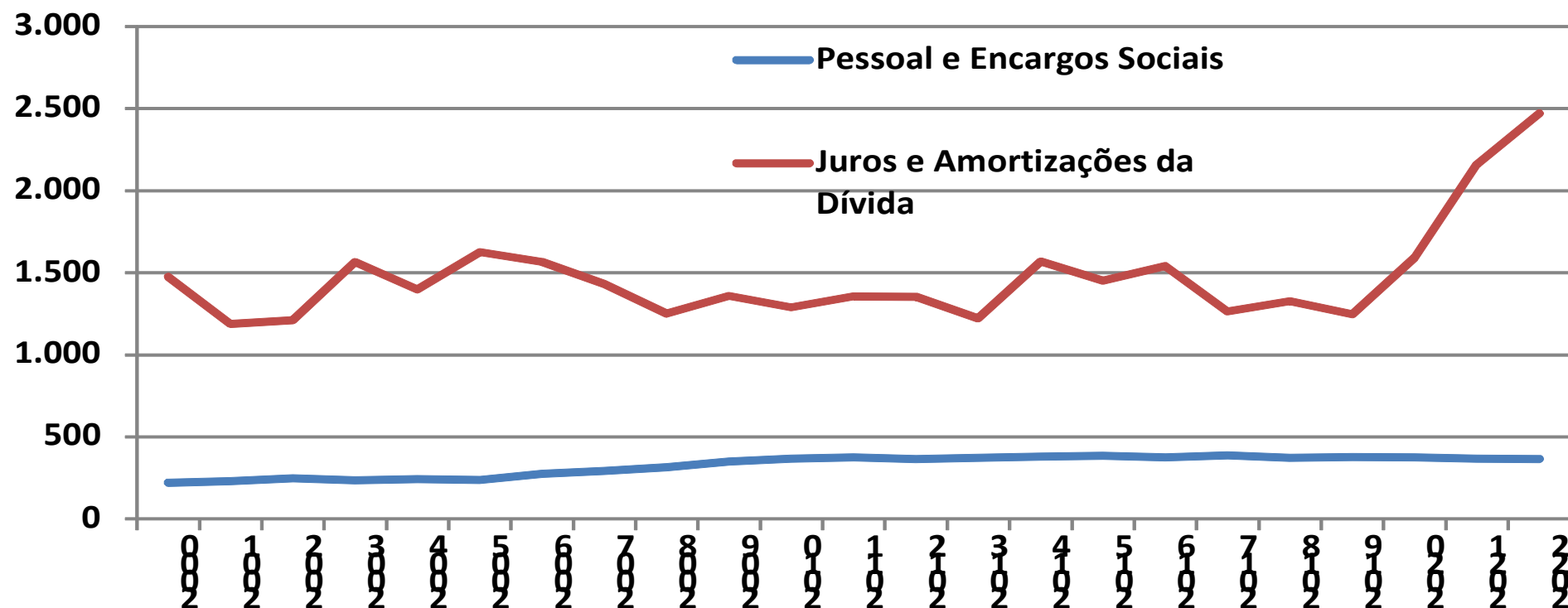
A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA É INCONTESTÁVEL.

Além de consumir cerca da metade do orçamento...

- **CONTRARREFORMAS** - A dívida pública tem sido a justificativa para todas as contrarreformas (em especial as sucessivas reformas da Previdência que retiram ou adiam direitos, e a chamada reforma Administrativa que desmonta a estrutura do Estado em todos os níveis);
- **PRIVATIZAÇÕES** - A dívida pública está sendo usada como justificativa para privatização de patrimônio público estratégico e lucrativo desde o governo Collor, passando por todos os demais governos
- **TETO E CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS PÚBLICOS** – A Emenda Constitucional nº 95 estabeleceu teto somente para os gastos sociais e com a estrutura do Estado, deixando os gastos financeiros com a dívida fora do teto, sem limite algum, usufruindo da “economia” gerada pelo teto para os demais gastos, que possibilitou aumento dos gastos com a dívida. Todos os anos temos contingenciamentos de gastos em todas as áreas para privilegiar os obscuros gastos com a chamada dívida pública.

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

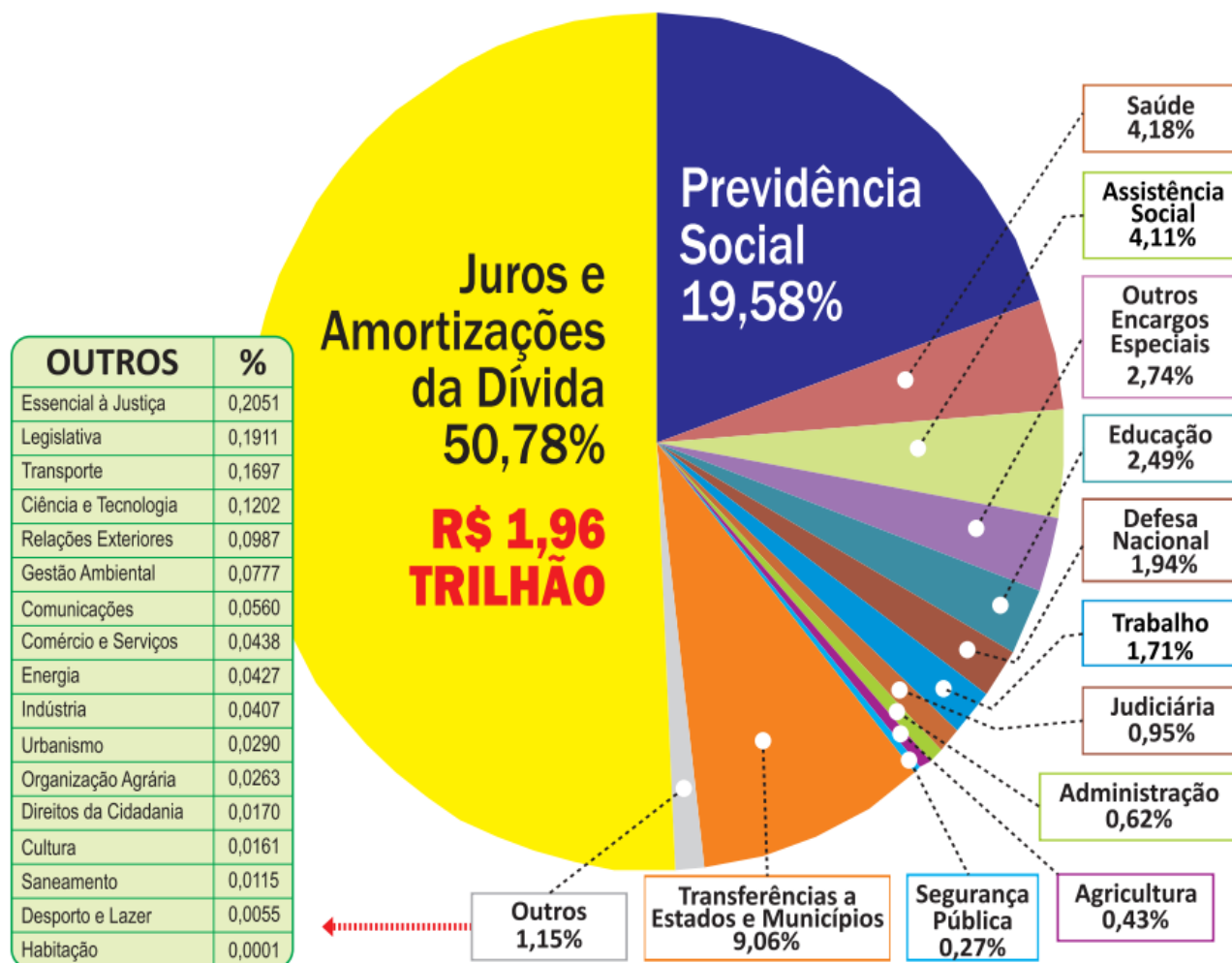
Comparativo de despesas federais com Pessoal e Dívida Pública pagas (*) no período de 2000 a 2022 (R\$ bilhões) em valores corrigidos pelo IPCA para 2022



Fonte: Elaboração da Auditoria Cidadã da Dívida com dados do SIOP - disponíveis em https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Nota: Os gastos com pessoal se referem ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) nº 1, e os gastos com juros e amortizações da dívida se referem à soma dos GND nº 2 e 6. (*) Os valores de 2022 se referem à dotação atual.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$ 3,861 Trilhões



Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opeodoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 2/2/2022. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e outros gastos).

**GASTO COM DÍVIDA
PÚBLICA FEDERAL
QUASE DOBROU DE
2019 A 2021**

**R\$ 1,96 TRILHÃO
para JUROS e
AMORTIZAÇÕES em
2021**

**DÍVIDA SEM
CONTRAPARTIDA
EM INVESTIMENTOS
SOCIAIS**

**"ROLAGEM": A
FALÁCIA DOS
NEOLIBERAIS**

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

DÍVIDA PÚBLICA NÃO TEM SERVIDO PARA INVESTIMENTOS SOCIAIS

- Apesar desses vultosos pagamentos, em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 708 bilhões, tendo crescido de R\$ 6,935 trilhões para **R\$ 7,643 trilhões**.
- Enquanto o mundo todo está praticando taxas de juros próximas de zero ou até negativas há anos, o custo médio da dívida divulgado pelo Tesouro Nacional em 2021 foi de 8,91% ao ano.
- Emissão de dívida de R\$ 307 bilhões para deixar o dinheiro parado no caixa do governo federal, aumentando o chamado “colchão de liquidez” que serve para dar garantias aos rentistas e deixar os bancos tranquilos de que o dinheiro para o pagamento dos próximos juros já se encontra armazenado em caixa.

A FALÁCIA DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

- No Brasil a dívida tem servido para SUBTRAIR recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.
- Apenas R\$ 54 bilhões decorrentes da emissão de títulos da dívida foram destinados para áreas sociais em 2021. Por outro lado, R\$ 291 bilhões dos gastos com a dívida em 2021 foram financiados com outras fontes de receita, tais como lucros do Banco Central (R\$ 121 bilhões) e Royalties do Petróleo (R\$ 41 bilhões).
- Esse elevado volume de Royalties do Petróleo destinado ao pagamento da dívida também revela o impacto direto do Sistema da Dívida na vida do povo, que sofre com o altíssimo preço do gás de cozinha e demais combustíveis, como diesel e gasolina, enquanto o lucro da Petrobras enriquece acionistas e a parcela destinada ao governo é consumida no gasto com a dívida.

- Fonte: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

Manobra tem usado recursos que poderiam ser destinados a gastos sociais para pagar dívida, em volume muito maior que a emissão de títulos para cobrir gastos sociais

A mentira do "déficit financiado por endividamento"

A dívida no Brasil não tem financiado as áreas sociais, mas, sim, tirado recursos do país.



Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opensoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06.

Fontes:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

A FALÁCIA DA "ROLAGEM"

- Alguns analistas afirmam que os gastos com a dívida não devem ser considerados, pois seriam "rolagem", ou seja, o pagamento de amortizações (principal da dívida) com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida.
- Porém, **pelo menos R\$ 362 bilhões referentes a juros** em 2021 foram indevidamente embutidos na rubrica das amortizações, e são propagandeados como se fossem "rolagem".
- Em 2021, **quase R\$ 1 TRILHÃO de gastos com a chamada dívida nada tem a ver com a chamada "rolagem"**, tendo em vista que no mínimo R\$ 618 bilhões foram gastos com o pagamento de juros e R\$ 291 bilhões de amortizações foram financiados com outras fontes de receita que nada têm a ver com emissão de novos títulos públicos.
- O montante passível de ser considerado como "rolagem" ou "refinanciamento" deve ser considerado no custo do serviço da dívida pública, pois quando o governo toma um empréstimo, ele está fazendo uma opção política sobre o que fazer com o dinheiro: investir na sociedade, ou pagar uma dívida repleta de ilegalidades, que jamais foi auditada com a participação da sociedade civil.

QUANTO MAIS PAGAMOS MAIS "DEVEMOS"...

Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93
2020	346,88	1.034,85	6.691,94
2021	256,21	1.704,61	7.378,33

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> e Banco Central.

Apesar das
"Amortizações"
gigantes a dívida
cresce, pois grande
parte dos juros são
contabilizados
como
"amortizações"
<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

**Relatório ACD
1/2013**

<https://bit.ly/2MVSvfk>

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido a dívida pública?

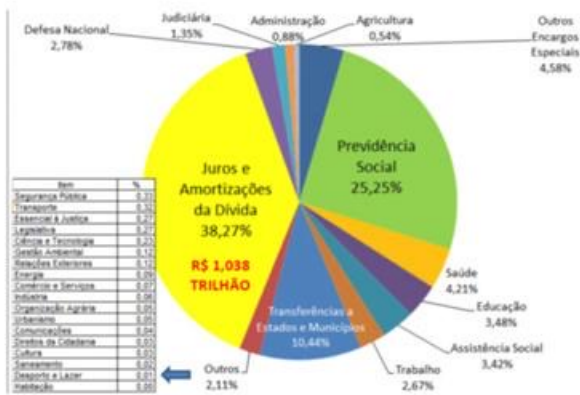


27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública
CAE/Senado



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo



05 DE ABRIL, 2021

LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública** ilegal transferência de dívidas privadas para o BC: PROER, PROES, EC 106
- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em operação feita em Luxemburgo: Plano Brady
- **Elevadíssimas taxas de juros**: sem justificativa técnica ou econômica
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal.
- As sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa.
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio do abuso das sigilosas “operações compromissadas” e “depósito voluntário remunerado”.
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”.
- **Prejuízos do Banco Central** transferidos para o TN (Art. 7º da LRF)
- **“Securitização”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos.

JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

TABELA 5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) - FATORES CONDICIONANTES (R\$ BILHÕES)

Discriminação	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	jul/09	TOTAL
Dívida líquida total - saldo	208,5	269,2	308,4	385,9	516,6	563,2	680,1	896,1	933,6	982,0	1.035,3	1.112,7	1.200,8	1.153,6	1.283,4	-
Dívida líquida - var.ac.ano	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
Fatores condicionantes:	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
NFSP	-	45,0	51,6	68,2	56,3	39,8	42,8	65,3	87,2	54,1	72,6	83,9	71,5	57,2	56,7	852
Primário	-	0,7	8,3	-0,1	-31,1	-38,2	-44,0	-47,4	-56,8	-73,8	-84,4	-76,8	-89,7	-106,4	-38,4	-678
Juros nominais	-	44,2	43,3	68,3	87,4	78,0	86,8	112,8	144,1	128,0	157,0	160,7	161,2	163,7	95,1	1.530
Ajuste cambial	-	1,5	4,1	6,9	69,4	18,3	30,9	148,0	-66,1	-18,0	-20,0	-6,9	21,0	-77,4	61,2	172
Dívida interna indexada ao câmbio	-	1,0	1,6	4,3	39,9	9,5	19,2	76,7	-22,7	-3,3	-4,6	-2,2	-2,4	3,2	-2,7	117
Dívida externa – metodológico	-	0,5	2,5	2,6	29,5	8,9	11,7	71,3	-43,4	-14,7	-16,0	-4,7	23,4	-80,6	63,9	55
Dívida externa - outros ajustes	-	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,3	15,8	6,5	-1,1	2,8	-2,5	-26,4	12,9	7
Reconhecimento de dívidas	-	15,2	-0,2	15,2	14,0	8,7	44,6	6,7	0,6	6,5	3,3	-0,4	-0,6	0,1	0,6	114
Privatizações	-	-0,7	-16,3	-12,9	-9,0	-20,2	-1,0	-3,6	0,0	-0,8	-1,0	-2,0	-1,3	-0,8	-1,6	-71
Memo:																
PIB doze meses - valorizado	745,1	876,3	968,9	991,0	1.160,0	1.236,5	1.364,4	1.745,8	1.744,1	2.036,8	2.157,4	2.424,6	2.736,8	2.971,0	2.913,0	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração:
STN/COGEP/GEPE

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2018/05/JUROS-NOMINAIS-SUPERAM-O-VALOR-DA-DIVIDA-LIQUIDA-DO-SETOR-PUBLICO.pdf>

FARRA DOS JUROS ALTOS BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

Economia

6 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 16 de abril de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre@globo.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasília/DF)

Bolsas
Na quinta-feira

Pontuação B3
Bolsa nos últimos dias

Salário mínimo
R\$ 1.212

Dólar
Na quinta-feira
Últimas cotações sem IPI

Euro
Comercial, venda
na quinta-feira

Capital de giro
Na quinta-feira

CDB
Pré-fixado
30 dias (ao ano)

Inflação
IPCA do BCB, em %

1,21%
Bolsa Verde

116.782
11/4 12/4 13/4 14/4

R\$ 4,696
(+0,16%)

R\$ 5,084

6,76%

12,03%

CONJUNTURA

Brasil caminha para ser paraíso de rentista

Por causa das estimativas de que a inflação continuará subindo — e com a Selic escalando patamares de dois dígitos a fim de tentar segurá-la —, os investimentos em renda fixa tornam-se novamente atraentes para quem busca lucratividade

» ROSANA HESSEL

No atual cenário de inflação em rota ascendente, para o qual se estima que essa situação se prolongará mais do que o desejado pelo governo, os investimentos em renda fixa voltaram a ficar atraentes. E se a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 11,75% ao ano, continuar subindo como o mercado projeta, pode-se considerar que o Brasil tem

investimento na atual conjuntura, pois no front interno há incertezas devido às eleições de outubro e, no externo, não se vê o fim da invasão da Ucrânia pelos russos.

“A alta dos juros neste ano é um fator que deve inibir os investimentos produtivos ao longo de 2022”, destaca a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, que prevê queda de 4,2% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) neste ano, após o crescimento de

BRASIL: O PARAÍSO DOS RENTISTAS

ESTADÃO

Economia & Negócios

Economia

Título do Tesouro já paga juro real de 6% com risco fiscal em alta

Enquanto avança a ‘PEC Kamikaze’, que fura o teto de gastos, o Tesouro já arca com juros de 6,17% para vender seus papéis; a taxa é idêntica à do fim do 1.º mandato de Dilma

E A GRANDE IMPRENSA ACHA JUSTO.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/brasil-o-paraíso-dos-rentistas-e-a-grande-imprensa-acha-justo/>



- Banco Central já aumentou a Taxa Selic para **13,75% ao ano**, sob a falsa justificativa de combater inflação.
- Aumentar juros NÃO serve para controlar a inflação que existe no Brasil, pois temos INFLAÇÃO DE PREÇO (principalmente combustíveis e alimentos), NÃO DE DEMANDA.
- <https://bit.ly/3AvifWZ>

OS VERDADEIROS PROBLEMAS:

- Erros de política agrícola e agrária; privilégios para o agronegócio de exportação
- Preço de Paridade de Importação (PPI) praticado pela Petrobras, como se importássemos todo o combustível consumido aqui
- Refinarias sub-utilizadas, privatizadas ou cuja construção tem sido paralisada; fábricas de fertilizantes foram vendidas; falta de investimentos para privilegiar a distribuição de lucros a acionistas ...

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

BANCO CENTRAL GERA GASTO DE **R\$ 34,9 BILHÕES** A CADA AUMENTO DE 1% DA TAXA SELIC

3. Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de janeiro de 2022.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,5	-0,14	6,1	0,11
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	34,9	0,40	33,8	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	15,5	0,18	15,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Fonte:

www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202202_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



MOVIMENTE-SE

Queremos saber sua opinião
VOTE

Abuso das taxas de juros no
Brasil
ENTENDA

Material da campanha
COMPARTILHE

Descubra o que está
acontecendo
AGENDA

Acesse a Proposta Legislativa
e acompanhe os próximos
passos
CONGRESSO NACIONAL

Responsabilidade do Banco

EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



PROPOSTA DE LEI PARA LIMITAR OS JUROS



NO SENADO



NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ACESSE
DIVULGUE
PARTICIPE

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

Auditoria Cidadã da Dívida protocolou, na Câmara e no Senado, proposta para LIMITAR JUROS NO BRASIL

SUG 9/2022 CLP | Inteiro teor 
Sugestão  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Legislação Participativa

PROJETO DE LEI DA ACD PARA LIMITAR OS JUROS NO BRASIL TAMBÉM PROTOCOLADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS!  AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Apresentação
Auditoria Cidadã da Dívida
24/06/2022

Ementa
Sugere Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.



Sugestão nº 8, de 2022  SENADO FEDERAL

Autoria
Auditoria Cidadã da Dívida
Natureza
Sugestão Legislativa

 AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

PROJETO DE LEI DA ACD PARA LIMITAR OS JUROS NO BRASIL JÁ CHEGOU AO SENADO!

Ementa:
"Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências".

Situação Atual  Em tramitação

Último local:
22/06/2022 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Último estado:
22/06/2022 – AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR



<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2330149> e
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153764>

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar

PLP 104/2022



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

 Texto original |  Siga esta proposta

EMENTA ?

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.



/auditoriacidadabr



/AuditoriaCidadaDaDivida



/auditoriacadapagina



/auditoriacidada



Banco Central está mentindo:

subir juros não reduz o tipo de inflação de preços que existe no Brasil. Só bancos lucram enquanto a economia fica paralisada.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



OLHA AÍ O RESULTADO DA POLÍTICA DE JURO ALTO!

CORREIO BRAZILIENSE

TRABALHO / Levantamento feito pela agência Austin Rating, com base em projeções do FMI, indica que, devido ao baixo crescimento da economia, o Brasil ficará este ano em 9º lugar numa lista de países com maior taxa de desemprego

Entre os campeões do desemprego

U... a segunda mais elevada entre os membros do G20, e grupo de países em desenvolvimento. A taxa de desemprego no Brasil é de 13,7%, segundo o IBGE, o que coloca o país em 9º lugar numa lista de países com maior taxa de desemprego. O Brasil ficou em 9º lugar numa lista de países com maior taxa de desemprego, segundo o levantamento feito pela agência Austin Rating, com base em projeções do FMI. O Brasil ficou em 9º lugar numa lista de países com maior taxa de desemprego, segundo o levantamento feito pela agência Austin Rating, com base em projeções do FMI.

Mais na foto

Mais na foto... (Small text block with a photo of people holding signs)

Brasil, afirmou que a economia brasileira não está melhorando... (Small text block with a photo of people holding signs)



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Bancos brasileiros estão entre os mais rentáveis do planeta enquanto o país retorna ao Mapa da Fome

Bancos mais rentáveis do mundo

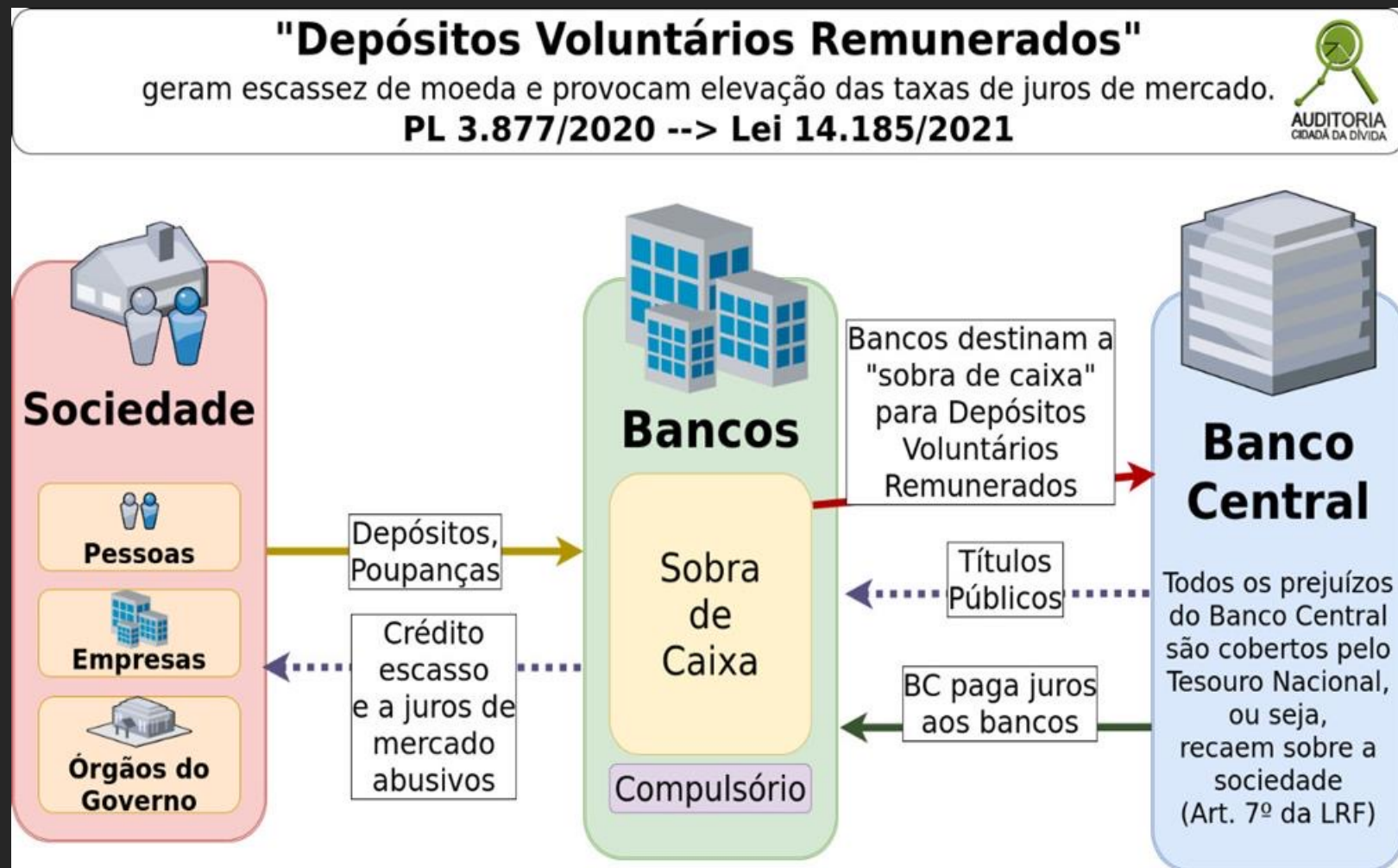
Ranking de rentabilidade sobre patrimônio (ROE) de instituições com mais de US\$ 100 bilhões em ativos

Banco	País	Ativos, em US\$ bilhões *	ROE, em %
1º Capital One	EUA	432,4	20,4
2º Ally Financial	EUA	182,1	19,3
3º Santander	Brasil	172,6	18,9
4º Royal Bank of Canada	Canadá	1.379,9	17,3
5º Itaú Unibanco	Brasil	388,1	17,3
6º JP Morgan	EUA	3.743,6	16,9
7º Banco do Brasil	Brasil	346,3	15,7
8º Bradesco	Brasil	296,3	15,2
9º Bank of Nova Scotia	Canadá	980,7	15,1
10º SVB Financial Group	EUA	211,5	15

*Conforme balanço de dezembro de 2021 | Fonte: Economática

Fonte: <https://www.biznews.com.br/4-dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-sao-brasileiros/>

BOLSA-BANQUEIRO: Principal mecanismo responsável pela "crise fabricada" a partir de 2014, provocando escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos.



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

Banco Central: um pesado apêndice na esfera federal

As receitas do Banco Central correspondem, em sua imensa maioria, às receitas de juros pagos pelo Tesouro Nacional (TN), incidentes sobre os títulos públicos que o TN doa ao BC.

O BC utiliza esses títulos e esses juros doados pelo TN nas chamadas “Operações compromissadas” que custaram R\$ 3,9 trilhões no período de 2010 a 2021: “*Bolsa-Banqueiro*”

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL			
PELO TESOUREIRO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC	Soma
	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,30	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
2020	295,03	133,56	428,59
2021	374,53	174,02	548,55
Soma	2.339,53	1.537,71	3.877,24
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida			
Fontes: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0::e e https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balanceteslai			

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos?



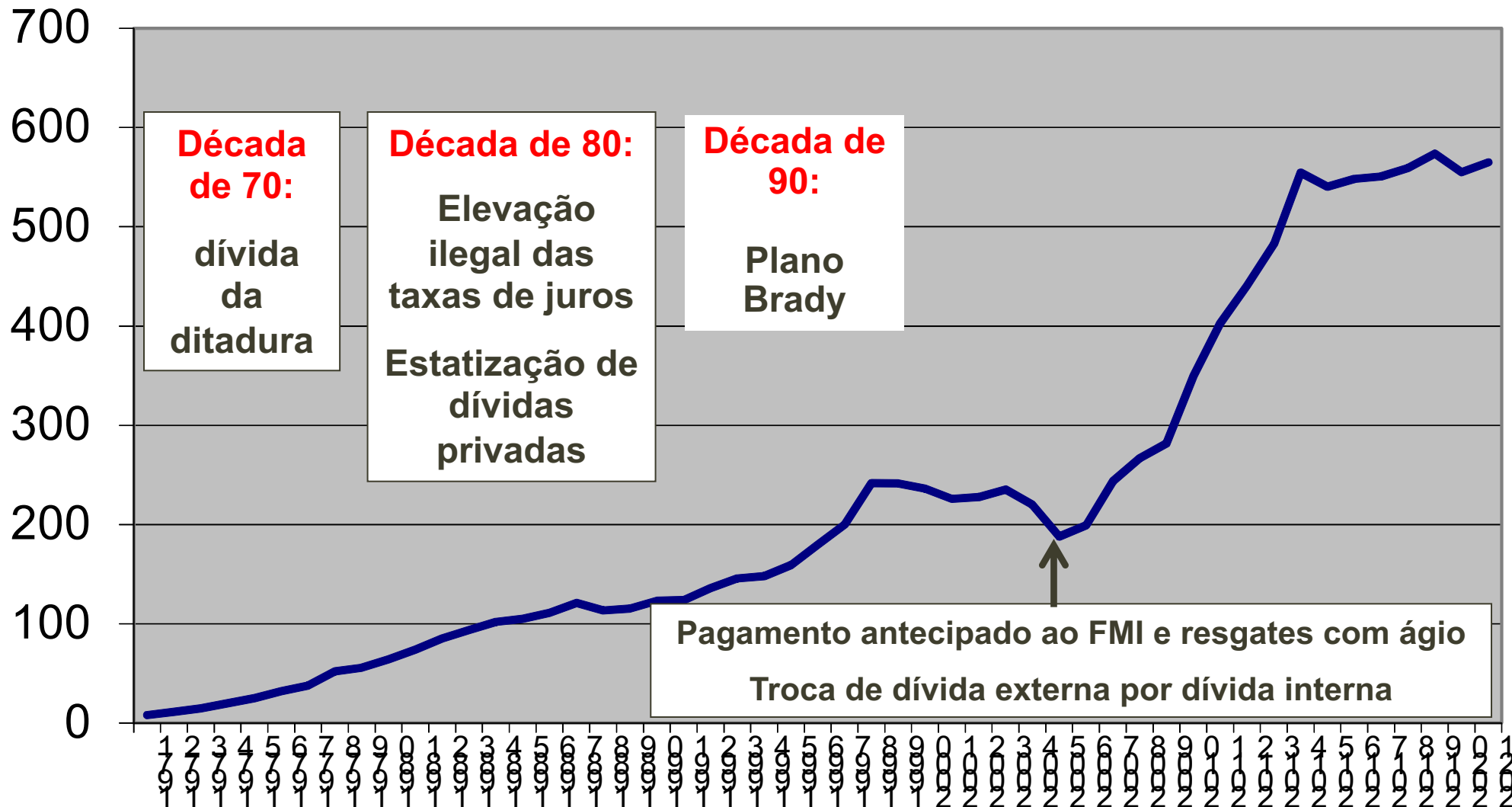
<https://bit.ly/3tTi0yX>



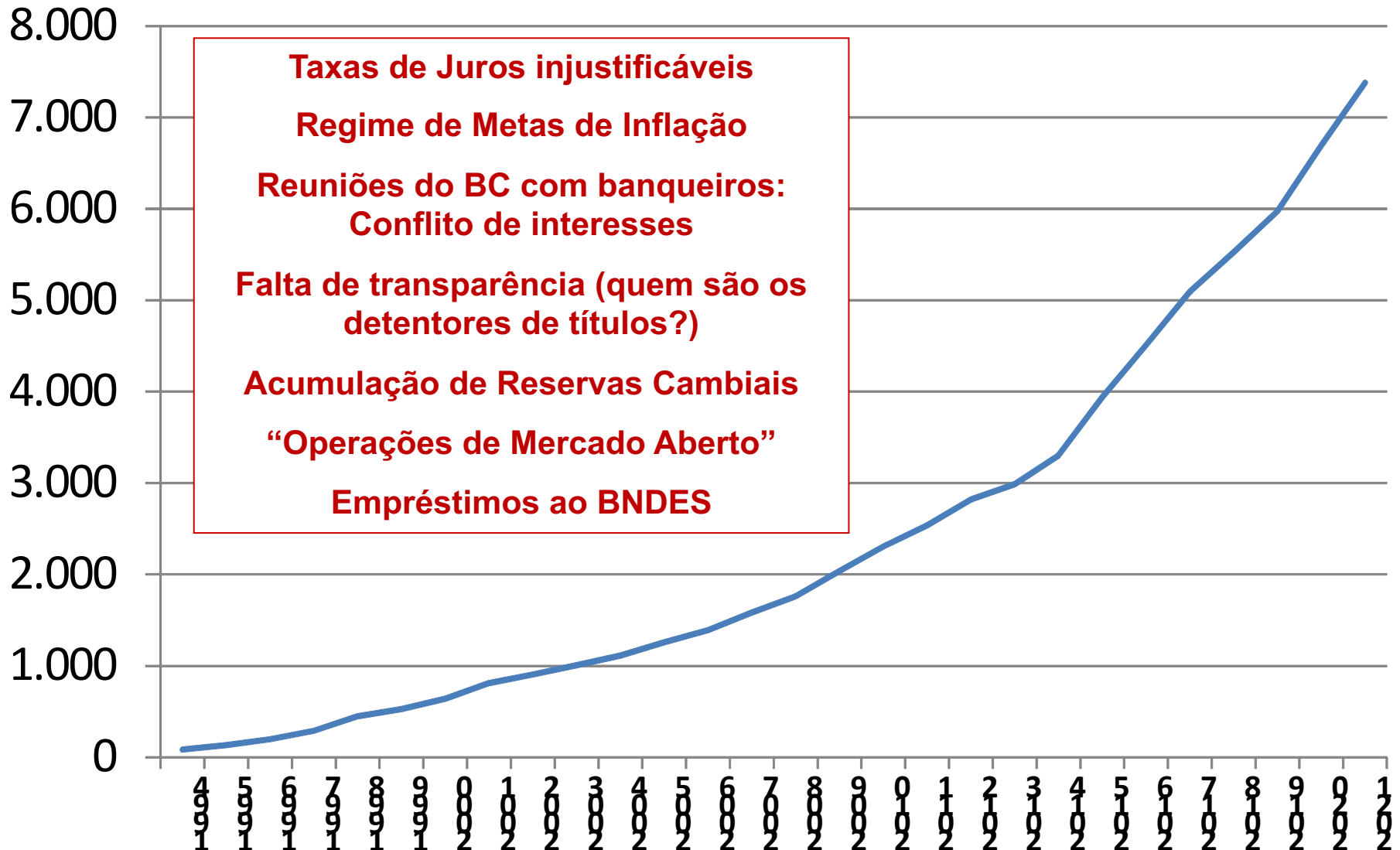
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-centra>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, Câmara priorizou dar autonomia e liberdade total, aprovando os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

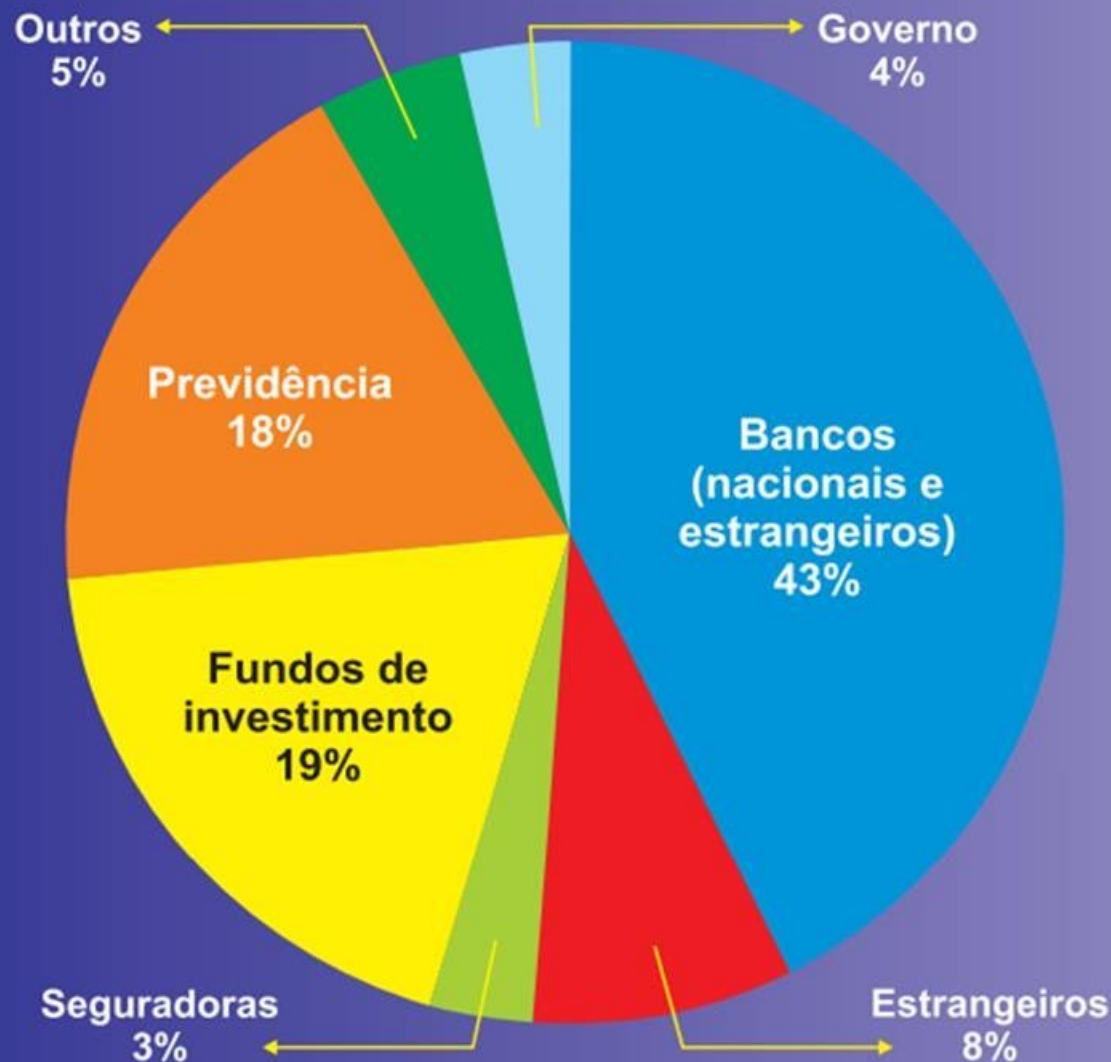
Dívida Externa (US\$ bilhões)



Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Beneficiários da Dívida Interna Federal – Out/21



Quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, Fundos de Previdência e Investimento, o governo se recusa a responder.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

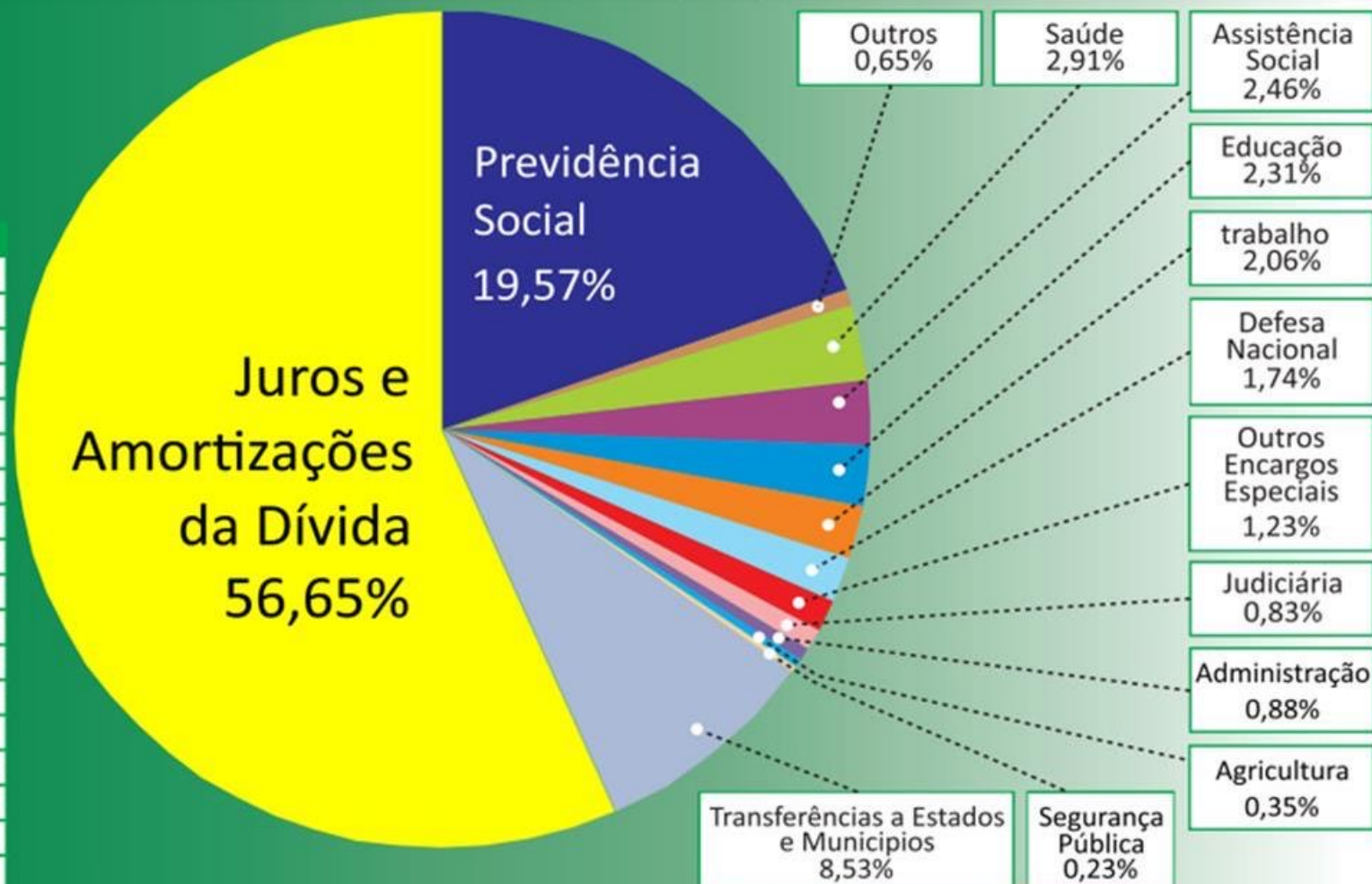
Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:14902, quadros 2.7 e 5.4. Foi acrescentado na rubrica "Bancos" o montante de Operações de Mercado Aberto (as chamadas "operações compromissadas") constante no quadro 5.4, uma vez que se trata principalmente de dívida do Banco Central com bancos. Além do mais, quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, o governo se recusa a responder.

ORÇAMENTO FEDERAL PREVISTO PARA 2022

TOTAL: R\$ 4,363 TRILHÕES

PAGAMENTO DA DÍVIDA: R\$ 2,472 TRILHÕES

ITEM	%
Legislativa	0,1672%
Essencial à Justiça	0,1582%
Relações Exteriores	0,0479%
Ciência e Tecnologia	0,0449%
Transporte	0,0392%
Comércio e Serviços	0,0336%
Gestão Ambiental	0,0332%
Indústria	0,0252%
Organização Agrária	0,0234%
Comunicações	0,0220%
Urbanismo	0,0188%
Energia	0,0149%
Direitos da Cidadania	0,0100%
Cultura	0,0085%
Habitação	0,0000%
Saneamento	0,0000%
Desporto e Lazer	0,0000%
Reserva de Contingência	0,0000%



Dívida dos Estados

- Os dados oficiais demonstram que a Dívida dos Estados refinanciada pela União (Lei 9.496/97) já foi paga várias vezes (mais de 3 vezes) e Estados ainda devem cerca de 5 (cinco) vezes o valor refinanciado.
- Enquanto Estados foram lesados devido às onerosíssimas condições de refinanciamento impostas pela Lei 9.496/97, em especial os elevadíssimos juros, a União deixou de ressarcir aos Estados as perdas decorrentes da Lei Kandir, exacerbando ainda mais as perdas aos entes federados.
- Parte significativa da dívida dos estados (em média, 55% do valor refinanciado no final da década de 90) era referente aos passivos dos bancos estaduais privatizados (PROES), os quais foram transformados em “dívida pública”.
- Esses dados demonstram a necessidade de auditoria da dívida dos estados e completa revisão dos valores.
- Em vez disso, a Lei complementar 178/2021 autoriza “Securitização” dessas dívidas, eternizando o processo de forma ainda mais onerosa, comprometendo definitivamente a sustentabilidade do orçamento público dos estados.

Dívida dos Estados refinanciada pela União (Lei 9.496/1997) e PROES (Bilhões)

Dívida dos Estados refinanciada pela União	R\$ 50,25	45 %
PROES (Obscuros passivos de bancos estaduais transferidos para a dívida pública)	R\$ 61,92	55 %
TOTAL REFINANCIADO	R\$ 112,18	100 %
Total pago pelos Estados até 2019	R\$ 357,15	318 %
SALDO DEVEDOR EM 2019	R\$ 556,30	496 %

Nota: Percentuais calculados em relação ao Total Refinanciado pela União

Fontes:

- Dados referentes ao valor refinanciado e PROES: Tabela fornecida pelo Ministério da Fazenda à CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados (2009/2010) e Tabela do PROES divulgada pelo Banco Central, utilizados no Livro “Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados” <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Auditoria-Cidada-da-Divida-dos-Estados.pdf> - Páginas 90/91 e 181 a 183.
- Dados dos valores pagos e saldo devedor: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

CONSIGNADO DE RECURSOS PÚBLICOS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos Públicos”
escancara desvio de recursos para bancos
privilegiados**

Tentativa de inclusão do esquema na PEC 23 Interpelação:

<https://auditoriacidada.org.br/acd-envia-interpelacao-extrajudicial-para-alertar-parlamentares-sobre-securitizacao-na-pec-23-2021/> Entrevista TV:

<https://auditoriacidada.org.br/video/tv-democracia-fattorelli-explica-esquema-que-desvia-recursos-publicos-inserido-na-pec-23-2021/>

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

PEC 23 tentou inserir na CF <https://bit.ly/3GSSGjn> e <https://bit.ly/3mPbVm4>

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: alienação fiduciária do fluxo de arrecadação
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária, que passa a ser desviada durante o percurso pela rede bancária para "contas vinculadas" ao esquema
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas para este esquema e pelo elevadíssimo custo de implementação, prejudicando o financiamento do Estado e o atendimento às políticas públicas
- Geração ilegal de dívida pública, que não é contabilizada como "dívida" e é paga por fora dos controles orçamentários, com o dinheiro desviado
- Bancos e investidores privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.

QUAL A CAUSA DA CRISE DESDE 2014? TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

- Chegamos a **quase R\$ 5 TRILHÕES** em caixa no final de 2021:
- **R\$ 1,736 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 0,988 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 2,021 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo disponível em:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/> /

A “crise fabricada” afetou Estados e Municípios

- ✓ Retração das Transferências Federais e Estaduais e queda de arrecadação tributária

Lucro dos bancos seguiu aumentando

Ver “Assalto aos Cofres Públicos” <https://bit.ly/3xKnEp4>

AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://bit.ly/3djrhKz>

Conclusão

O modelo econômico que atua no Brasil aprofunda as desigualdades sociais, gera crescente dano ambiental e impede o nosso desenvolvimento socioeconômico, além de produzir crises que têm servido de justificativa para medidas que agravam as injustiças sociais e o atraso do país em todos os aspectos, levando-nos ao avesso do que poderíamos ser.

É urgente aumentar a mobilização social para se construir outro modelo econômico que garanta justiça social e vida digna para todas as pessoas, respeite o ambiente e promova o desenvolvimento socioeconômico.

Para isso, apresentamos algumas propostas concretas, disponíveis em texto elaborado pelo Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-do-fluxo-de-recursos-na-esfera-publica-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia/> .

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Sistema da Dívida
- Política Monetária suicida do BC



➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil <https://bit.ly/3oBmlG5>
- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**
- Pressionar candidatos a responder Questionário <https://bit.ly/3oh0SBR>
- Participar das convocações na página www.auditoriacidada.org.br



ANEXO À CARTA ABERTA AOS PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES 2022

Questionário a ser respondido por todos(as) os(as) pré-candidatos(as) e/ou candidatos(as) aos diversos cargos eletivos que serão disputados nas eleições-2022

**DADOS DO(A)
PRÉ-CANDIDATO(A) e/ou**

Nome:

Partido Político:

Cargo disputado:

Município:

Estado:



CARTA ABERTA DIRIGIDA A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS

**ELEIÇÕES
2022**

Prezados(as) presidentes(as) de Partidos Políticos,

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos, que conta com o apoio e colaboração de importantes entidades da sociedade civil e cidadãos(ãs) voluntários(as) que atuam pelo cumprimento da Constituição Federal, no que diz respeito à realização da auditoria da dívida (art. 26 do ADCT da CF de 1988), tendo em vista que a dívida pública tem sido um dos principais empecilhos ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Nas eleições deste ano, a população irá se manifestar para eleger representantes para ocupar a Presidência da República, o Governo dos Estados e Distrito Federal, além do Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas estaduais.

Durante a campanha, candidatos fazem diversas propostas, porém, poucos abordam a questão do orçamento público, o problema do endividamento público, e de onde obteriam os recursos para cumprir as promessas que fazem.

Nesse sentido, pedimos a V. Sa. que encaminhe a esta carta a todos os pré-candidatos e/ou candidatos definidos por seu partido, pleiteantes aos diversos cargos que serão disputados nas Eleições 2022, para que possam se posicionar em relação às questões indicadas no Anexo à pre-

Grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO